

# Reta final tem decisão sobre cassino e aposentadoria

Franklin Martins

BRASÍLIA — A Constituinte termina esta semana a votação do primeiro turno do novo texto constitucional, decidindo sobre questões tão diferentes e polêmicas como a anistia das dívidas dos pequenos empresários, a legalização dos cassinos e do jogo-do-bicho, a recomposição do valor das atuais aposentadorias, a realização de plebiscito sobre a pena de morte e a criação de novos estados.

Com a conclusão das deliberações sobre as disposições transitórias na próxima quinta-feira, a Constituinte, 16 meses depois de instalada, tem quase pronto o texto final da nova Carta. Sua redação será lapidada e retocada no segundo turno, quando poderá, ainda, sofrer alterações em alguns pontos importantes, desde que se obtenham 280 votos no plenário.

O segundo turno será rápido e pode durar só duas semanas. Essa é a avaliação da maioria dos constituintes. Nessa fase, são permitidas emendas de redação, contradição ou supres-

são. Para ganhar tempo com as emendas de redação, o relator Bernardo Cabral deve dar um parecer global, acatando-as ou rejeitando-as. Dessa forma, com apenas uma votação, serão apreciadas quase todas as propostas desse tipo.

As emendas de contradição ou supressão entram no mérito do texto. A tendência é de que apenas sejam submetidas ao plenário aquelas que forem assinadas por um número expressivo de parlamentares. Assim, as votações ficarão concentradas nos temas polêmicos. O regimento da Constituinte é omissivo em relação à possibilidade da apresentação de destaques para votação em separado (DVS) no segundo turno. Os DVS exigem 280 votos para manter um dispositivo. Mas o deputado Ulysses Guimarães não pretende aceitar DVS agora. Ou seja, quem quiser mudar o texto terá de contar com o apoio da maioria absoluta do plenário — uma tarefa que poucas vezes será bem sucedida. A seguir, os assuntos mais importantes que serão discutidos até quinta-feira pela Constituinte.

## Ninguém aposta se jogo vencerá



Os cassinos poderão reabrir legalmente se for aprovada emenda de Aluizio Teixeira (PMDB-RJ) revogando decreto do presidente Dutra que proibiu os jogos de azar, em 1946. Teixeira garante que o jogo traz divisas e turistas para o Brasil. Outra emenda legaliza o jogo-do-bicho. Ninguém aposta no resultado de ambas as votações, que é imprevisível.

## Dívida do Cruzado tem novos lances



É um dos temas mais polêmicos, transferidos da semana passada por falta de acordo. De um lado, os que querem perdoar a correção monetária na dívida dos pequenos empresários e produtores rurais, causando um rombo de Cz\$ 750 bilhões no Tesouro. De outro, o Planalto e a esquerda, que propõem uma fórmula intermediária, reduzindo o prejuízo para Cz\$ 160 bilhões.

## Plebiscito é o charme da morte



É a última tentativa do deputado Amaral Neto (PDS-RJ) para introduzir a pena de morte na Constituição. Até agora, perdeu sempre, mas nesta semana tem alguma chance, porque moderou sua proposta. Quer jogar a questão para o povo decidir, num plebiscito. A idéia de uma consulta ao povo sempre tem charme no plenário e atrai indecisos.

## Terra produtiva com maconha, não



O plenário vai abrir uma exceção para a proibição de desapropriação de terras produtivas, introduzida pela UDR na Constituição. Quem plantar maconha, epadu ou coca perderá a propriedade, sem direito a indenização. A terra irá para a reforma agrária. É uma vitória de José Elias Murad (PTB-MG), inimigo nº 1 dos tóxicos na Constituinte.

## Pensões poderão ser reajustadas

A Constituinte já aprovou dispositivo elevando as pensões das futuras aposentadorias. Nesta semana, trata da situação dos atuais aposentados. Há acordo para consagrar emenda que manda recompor o benefício de modo que seu valor real atual seja o mesmo da época em que foi concedido. A medida beneficia cerca de 12 milhões de brasileiros.

## Ação ao portador está sob ameaça

É possível que sejam extintas as ações ao portador no Brasil. Emenda semelhante só não foi aprovada no corpo permanente da Constituinte porque a votação ocorreu num dia de quorum muito baixo. O argumento é de que as ações ao portador favorecem a sonegação fiscal e são proibidas em outros países, como os Estados Unidos.

## Mapa do Brasil será redesenhado

Serão criados os estados de Tocantins, no norte de Goiás, de Roraima e do Amapá. É possível a formação do estado de Tapajós, no sul do Pará. A grande batalha será em torno da convocação de plebiscito sobre a criação do estado do Triângulo, desmembrando-o de Minas Gerais. Será apreciada a anulação da fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara.

## Mais verbas e mais encargos

Com a reforma tributária aprovada, vários dos atuais encargos da União serão repassados para estados e municípios. Há emenda dando prazo de seis meses para que os executivos federal, estaduais e municipais planejem essa transferência. Mas não há acordo: muitos deputados querem ver esse plano votado pelo Congresso, após a Constituinte.

# Mulheres levantam voz no plenário

Casais chegam unidos à Constituinte e se separam nas votações

Christiane Samarco

BRASÍLIA — Passava poucos minutos do meio dia de quinta-feira, 2 de junho, quando a bancada do PDS do Piauí, reunida em Brasília para definir posição quanto à duração do mandato do presidente José Sarney, censurou o voto da deputada Myriam Portella.

"Você foi eleita pelo Lucídio, seus votos são dele e você tem que votar como for decidido aqui", resumiu o deputado estadual Newton Macedo, confessando-se constrangido em afirmar publicamente que a eleição de Myriam foi por obra e graça do vice-governador Lucídio Portella, seu marido.

A deputada silenciou sobre a decisão da bancada de fechar com cinco anos para Sarney e deu a resposta seis horas depois. Precisamente às 18h 25min, o painel eletrônico registrou o voto de Myriam a favor dos quatro anos de mandato para o presidente.

O dilema de seguir ou não o marido é vivido também pelas deputadas Wilma Maia (PDS-RN), mulher do senador Lavoisier Maia; Rita Camata (PMDB-ES), há oito anos casada com o senador Gerson Camata; e Anna Maria Rattes (sem partido-RJ), mulher do prefeito de Petrópolis (RJ), Paulo Rattes.

**Primeiras-Damas** — Sobrinha do falecido senador Dinarte Mariz, Wilma Maia, quatro filhos, dois netos, 43 anos de idade e 25 de "casamento feliz", nasceu numa família de políticos. Casou-se com Lavoisier Maia, um cacique político que governou o Rio Grande do Norte. Foi justamente no papel de primeira-dama que Wilma, Myriam Portella, Rita Camata, Marluce Pinto e Anna Maria Rattes começaram na política.

Wilma foi tão bem sucedida, que acabou secretária do Trabalho e Bem-Estar Social do governo de José Agripino Maia, hoje senador, primo de seu marido. Mas não é exatamente à competência que ela atribui a indicação para disputar a prefeitura de Natal, em 1985. "Fui escolhida porque nenhum homem queria entrar numa disputa em que as chances de vitória eram mínimas", conta.

A sorte de Myriam Portella, que concorreu em 1985 à prefeitura de Teresina e também perdeu, não foi diferente: "O PDS era um partido quase falido; não tínhamos a menor possibilidade de ganhar e me escolheram para disputar. Fui jogada às feras sem um único vereador a meu lado."

**Ousadia** — Nas eleições de 1986, Wilma quis ser candidata à Assembléia Legislativa, hipótese logo afastada pelos homens que iriam concorrer com ela. Empurraram-na para a disputa da Constituinte, assim como fizeram com Myriam Portella. No Piauí, PMDB e PDS se coligaram e a mulher do candidato a vice-governador, que tivera uma boa votação para prefeita, poderia capitalizar votos para enriquecer a legenda. Quando Myriam resolveu brigar por uma vaga na Constituinte, o presidente do PDS local, seu marido, avisou logo que havia companheiros de partido com candidaturas postas e era a eles que pretendia ajudar. Mesmo assim ela saiu em campo, sem apoio de um prefeito ou vereador.

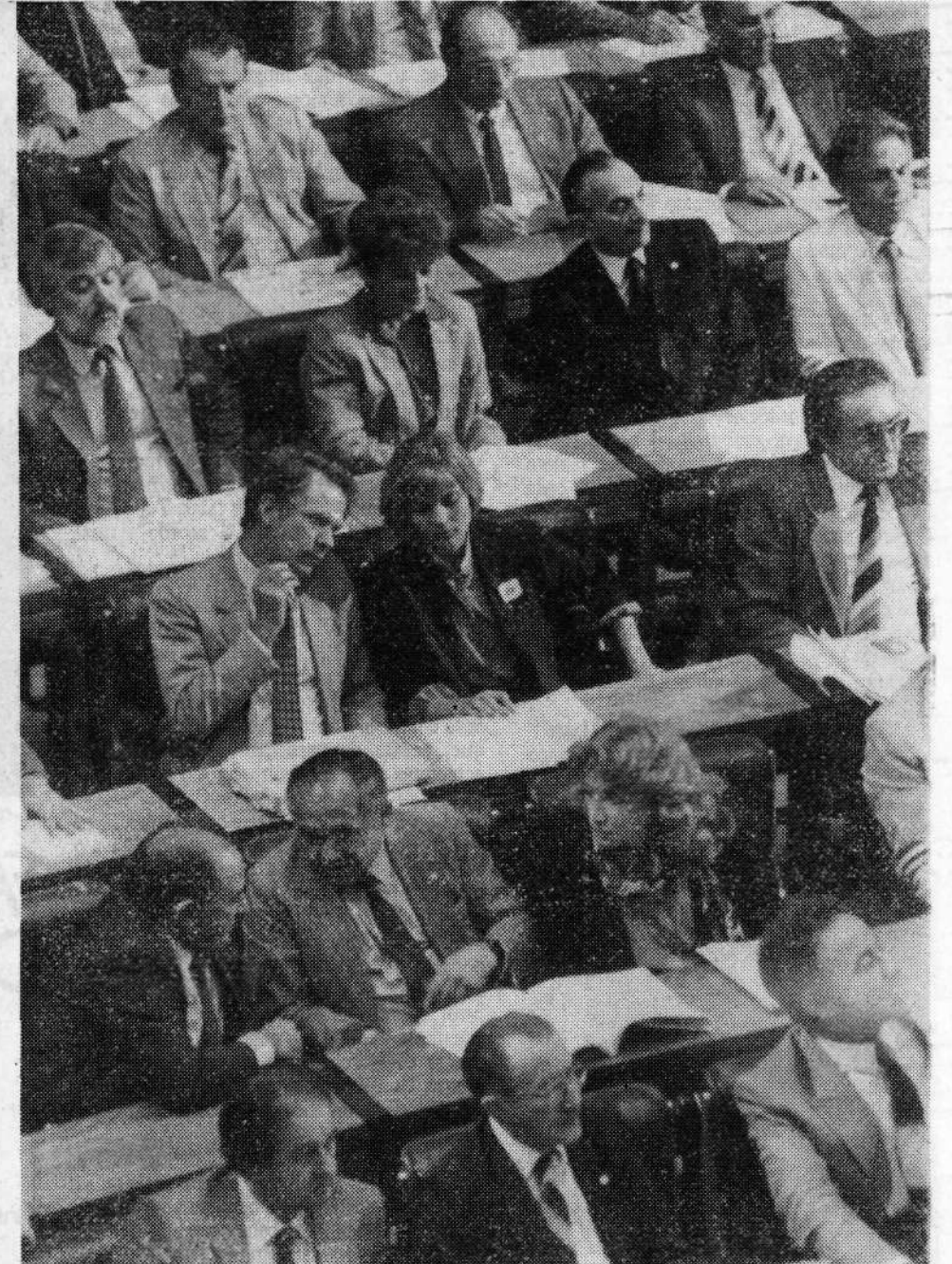
Não foi menos tumultuada a candidatura de Rita Camata. De cara, seu marido, o ex-governador do Espírito Santo Gerson Camata, comprometido com várias candidaturas à bancada federal, começou proibindo a presença da mulher em 22 dos 58 municípios capixabas. Rita admite que o sobrenome do marido lhe abriu portas e que grande parte de seu eleitorado veio do marido, numa dobradinha para Câmara e Senado.

"Mas durante a campanha Gerson custou muito a aceitar minha candidatura, tanto que quando ele ia para os municípios do sul, eu visitava o norte do estado", diz Rita. "Fui extremamente hostilizada e geralmente era a última a falar".

**Machismo** — A deputada Lúcia Vânia (PMDB-GO), mulher do ex-governador e senador Irapuan Costa Júnior deu ao mandato o sentido de conquista. Ela deixou a posição de primeira-dama com a idéia fixa de iniciar carreira política. Voltou à universidade para cursar jornalismo e fazer pós-graduação em história. Ajudou o marido a eleger-se deputado federal em 1982 e quatro anos depois elegeu-se constituinte.

Quando votou a favor da emenda do deputado José Genóinio (PT-SP), propondo diferenciação de tratamento entre crime de torura e terrorismo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), em nome do *Centrão*, cobrou de Irapuan: "Mas o que significa isto?" Lúcia Vânia não estranha que, quando as mulheres divergem, suas posições sejam consideradas votos contra os maridos. "A estrutura política é machista", constata.

Na campanha de 1986, Wilma abandonou as oligarquias, contra a opinião de Lavoisier Maia. Foi a mais votada deputada federal do Rio Grande do Norte, com 50 mil votos em Natal. Rita chegou a ser a mais votada em seis dos 22 municípios onde não pusera os pés por proibição do marido e conquistou nada menos que 35% de



Os pares: Ottomar e Marluce; Camata e Rita; Wilma e Lavoisier

todos os votos do PMDB no Espírito Santo. Anna Maria Rattes, que teve sua candidatura sugerida pelo movimento de base das comunidades carentes de Petrópolis, também teve no marido o primeiro obstáculo.

"Você nunca teve vida partidária, não tem a menor chance", disse-lhe Paulo Rattes, mais uma vez candidato à prefeitura e articulador da campanha do governador Moreira Franco. Anna Maria chegou à Constituinte com 55 mil votos, 20% do eleitorado de Petrópolis, que jamais havia escolhido uma mulher.

**Vão próprio** — Já na Constituinte, começou a alçar vôo próprio. "Quando eu cheguei aqui", conta Anna Maria, "os compromissos de Paulo com o PMDB, com o governador do Rio e com empresários não me diziam nada. Entrei logo para o Movimento de Unidade Progressista (MUP). E aí começamos as pressões: Paulo, sua mulher é doida?", perguntavam."

Anna Maria deixou o PMDB na semana passada, para ingressar no partido dos dissidentes. "Sair do PMDB, partido do qual meu marido foi fundador há 20 anos, é como sair de casa, rompendo, ao mesmo tempo, uma aliança conjugal e política", conta.

Angústia semelhante foi só na votação do parlamentarismo e do mandato do presidente Sarney. "Você está me colocando numa situação difícil com o governador. Pense em mim, no meu

futuro político. Pelo menos desta vez você podia votar comigo e com o Moreira", pediu em vão Rattes.

Anna Maria ainda sofre o drama de ter votado a favor de quatro anos para Sarney. "Sei o quanto é difícil para ele, que é cobrado e gozado pelos próprios companheiros. Dizem sempre que ele tenta a unidade do partido no Rio, mas não consegue em sua própria casa", queixa-se.

**Dono dos votos** — "Muito pior do que ter uma líder política concorrendo com você em sua própria casa" é aguentar a cobrança dos correligionários que sempre acham que sou dono dos votos da minha mulher", reclama o senador Gerson Camata. Quando defendeu, na terça-feira passada, a criação de incentivos fiscais para o Espírito Santo, Camata comprometeu-se com os mineiros que lutam pela unidade de Minas.

"Se você fechar conosco pela unidade de Minas, terá 52 votos a favor da sua proposta", sugeriu o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG).

Fechado o acordo, veio a exigência: — Queremos também o voto da Rita. — Então pegam a ela — reagi Camata. — Mas ela é sua mulher, tem que votar com você — concluiu Israel.

Concluiu errado. Afinal, duas semanas antes ela já divergira do marido na votação do mandato do presidente Sarney.

— Gerson, vou votar quatro anos — avisou Rita.

— Vota cinco — reagiu Gerson. — Não me peça isso — apelou Rita. — Eu assino atestado de óbito político e pessoal. Não posso me violentar tanto assim.

Temperamento mais pacato, o senador Lavoisier Maia, 20 anos a mais que Wilma, admite com bom humor. "Ela é mais progressista que eu". De fato, Wilma, como Myriam, Rita e Ana Maria votaram em todas as teses progressistas da Constituinte.

"Discutimos muito em casa e às vezes sou cobrado aqui, quando votamos diferente. Tem sempre uma e outra reclamação. Mas quando me pedem o voto dela, mando logo falar com ela", diz Lavoisier. Os dois votaram juntos nos quatro anos de mandato para Sarney, mas seguirão trilhas diversas. Wilma anunciou que está de malas prontas para o novo partido e Lavoisier, pelo menos por enquanto, fica no PDS.

Nem só de discordâncias é a vida dos casais da Constituinte. A deputada Marluce Pinto e o deputado Ottomar Pinto, da bancada do PTB de Roraima, dão exemplo de harmonia nas votações. Marluce hesitou em candidatar-se para não tirar votos do marido e, apesar de bem sucedida empresária numa atividade talvez seja a única presença feminina — distribuição de asfalto — acha natural que seja lembrada apenas como "a mulher do Ottomar".



Lúcia começou ajudando Irapuan